



Mário Abrantes

Vem vamos embora, que esperar não é saber...

Na nossa vida quotidiana nem tudo o que acontece e que merece nota pública tem de depender da agenda política de um qualquer governo ou grupo de interesses dominante, e muito menos de sujeitar-se ao escrutínio dos governantes ou do humor com que acordam os interesseiros e manipuladores das nossas consciências. É a participação ativa e cidadã das pessoas na vida da sua coletividade que pode (e deve) marcar essa diferença e que faz com que o mundo, apesar de todos os obstáculos opostos por muitos dos seus atuais dominadores, efetivamente avance no bom sentido...

Na Ilha Terceira, a quebrar a rotina das nossas regulares e (quase) obrigatórias visitas às lojas, em particular às da grande distribuição, os super e hipermercados, muitos dos seus trabalhadores encheram-se de coragem e saíram à rua já por duas vezes, em plena época alta de compras, a clamar por direitos elementares, como seja um contrato coletivo de trabalho justo, que não têm há 3 anos, e contra a pretensão das entidades patronais de aumentar os seus horários de trabalho para 60 horas semanais, sem qualquer remuneração. Temos família, precisamos de cuidar dela". "merecemos o nosso subsídio de alimentação", reclamavam estes trabalhadores junto à porta da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo. Do outro lado, da parte do presidente daquela associação patronal, Marcos Couto, atrás de quem a comunicação social não se cansa de correr (em despique com o seu homólogo de Ponta Delgada, Mário Fortuna), por enquanto, o que tem havido é um esforço por manter as orelhas moucas e para se desviar das questões e das responsabilidades, refugiando-se nas estafadas acusações de extremismo às posições dos trabalhadores...

Em S. Miguel, é na vila de Rabo de Peixe que os trabalhadores, mu-

lheres na sua esmagadora maioria, contra ventos e marés, assumem a sua condição de cidadãos de pleno direito e, em lugar das mãos postas à espera de compaixão, partiram com denodo para uma greve intermitente às horas extraordinárias, até ao fim de abril, na fábrica de conservas da Cofaco, para se fazerem ouvir nas suas elementares reclamações por melhores salários (ganham em geral o salário mínimo) e pelo direito à progressão da carreira que a sua dignidade, a harmonia familiar e o valor do seu trabalho continuado ao longo de anos e mesmo de décadas, justificam sem qualquer sombra de dúvida. Depois de manifestações à porta da empresa, sem êxito, para que fossem ouvidas essas elementares aspirações, e perante o silêncio que perdurava da administração, as trabalhadoras não desistiram e mantendo a disposição de fazer por si, em lugar de deixar cair os braços, decidiram recorrer agora a esta nova ação de luta.

Com a cultura a marcar passo ao nível do governo das direitas, como exemplifica a situação grave do Teatro Micaelense denunciada pelos seus trabalhadores e pelos micaelenses, ou a falta de vontade da secretária regional da tutela para descentralizar a ofertado ensino artístico especializado na Ilha de S. Miguel, é de louvar, entre outros do mesmo tipo, da iniciativa autárquica, o programa "Quartas Culturais" da freguesia de Santa Clara, em Ponta Delgada, que até junho se propôs todos os meses reservar uma quarta-feira para programação cultural pública. A iniciativa já conta esta semana com a abertura de uma Feira do Livro, no Centro Cívico da freguesia e um espetáculo com o Coro Johann Sebastian Bach, no respetivo auditório.

Vem vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer...(Geraldo Vandré, 1968, Brasil)



Teresa Nóbrega *

O cabo

No próximo mês de Agosto fará 130 anos que foi inaugurado o cabo submarino que passou a ligar Ponta Delgada e os Açores ao mundo. Foi a 26 de Agosto de 1893 que o Rei D. Carlos, acompanhado pela Rainha D. Amélia e pela Rainha-mãe, inaugurou em Carcavelos o cabo submarino que de lá partindo amarrava em Ponta Delgada. A primeira comunicação transmitida pelo cabo foi um telegrama do Rei para o Governador Civil de Ponta Delgada, saudando o progresso e o seu significado para a população insular.

Neste ano, em que se comemora o 130.º aniversário da ligação directa ao Continente e ao Mundo, fica-se a saber que a maior ilha dos Açores, origem e destino de mais de 50% do tráfego das comunicações da Região, perderá a ligação directa ao Continente na anunciada substituição dos cabos submarinos. São Miguel, a ilha grande, passa a ter estatuto idêntico a qualquer pequena ilha dos Açores, ligando-se ao exterior através de cabos "domésticos" que irão amarrar à Madeira e a partir de agora à Terceira, as duas ilhas que ficarão com ligação directa ao Continente. Não se conhecendo quaisquer razões técnicas que o justifiquem, esta decisão é um ultraje aos micaelenses.

Ultraje que só pode ser explicado pela promessa eleitoral de José Manuel Bolieiro de devolver à ilha Terceira a centralidade de outros tempos. Centralidade que teve origem em determinada conjuntura histórica que se alterou com o passar dos séculos.

A centralidade não se instituiu artificialmente por decreto, é um facto natural. Num Arquipélago em que uma das ilhas detém mais de metade da população e do tráfego das comunicações é uma aberração de ordem

técnica, financeira e económica, que lhe seja retirada a ligação directa por cabo ao exterior por razões de política de campanário.

O único argumento aduzido pelo Governo Regional para retirar a ligação directa principal por cabo de São Miguel ao Continente, apresentada mesmo como uma intransigência deste Governo Regional, foi de que a Região não dependesse de uma única ligação (amarração), ao novo anel CAM (Continente, Açores; Madeira), precavendo a possibilidade de um cataclismo numa ilha com amarração de cabos ao exterior. Assim São Miguel ficará com o velho cabo que a liga à Madeira, e em situação de recurso ao Continente através da Madeira, enquanto o novo e moderníssimo cabo com nova tecnologia ligará directamente a Terceira a Carcavelos e da Terceira às outras ilhas, incluindo São Miguel pelo anel inter-ilhas.

Argumento que não convence, pois a ilha de São Miguel tem dimensão para duas amarrações suficientemente distantes uma da outra para salvaguardar as comunicações em caso de cataclismo numa zona da ilha.

A polémica gerada à volta da substituição dos cabos submarinos, com a intervenção pública sobre este assunto, por parte de reputados e experientes técnicos de telecomunicações, exige que o assunto seja discutido na Assembleia Regional, com a criação de uma comissão para ouvir os especialistas na matéria e as entidades governamentais. Assim funciona a *democracia*, impedindo desse modo "golpadas" na discricção dos gabinetes.

*Jornalista

A autora escreve de acordo com a anterior ortografia